

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

UM ESTUDO ACERCA DOS SIGNIFICADOS DA IGUALDADE DE
DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT NA ESCOLA NA
PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Bolsista: Francisney da Silva Lima, CNPQ

MANAUS
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/0059/2012
UM ESTUDO ACERCA DOS SIGNIFICADOS DA IGUALDADE DE
DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT NA ESCOLA NA
PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Bolsista: Francisney da Silva Lima, CNPQ
Orientadora: Prof^a Dr^a Iolete Ribeiro da Silva

MANAUS
2013

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e se caracteriza como sub projeto do projeto de pesquisa Bibliotecas Digitais.

RESUMO

A Diversidade Sexual está em discussão pelas autoridades educacionais e pela sociedade. No atual contexto educacional, a transversalidade de temas voltados à sexualidade é uma proposta que implica em um processo de estreita interrelação entre os componentes curriculares e encontra dificuldade de aplicabilidade diante da vivência pedagógica real da maioria das instituições escolares do país. Essa pesquisa configura-se numa pesquisa de campo de caráter exploratório. Envolvendo 05 sujeitos (professores) de uma escola pública no estado do Amazonas. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada e analisados a partir da abordagem qualitativa, por meio da análise qualitativa de conteúdo tendo como fundamentação teórica a Psicologia Sócio-histórica. Compreendeu-se que Os projetos de igualdade de direitos para pessoas LGBT podem ser visto como algo que pode implicar para minimização dos preconceitos contra essa população inserida na escola. Contudo, para se tratarem desse tema em sala de aula, os professores em sua maioria considera que não se deve assumir a característica como algo obrigatório, pois seguindo a perspectiva do discurso do professor o processo de educar deve ser por amor e partilha. Considera-se que o benefício da colaboração com a investigação reside em apoiar a compreensão do fenômeno educativo formal no que se refere à Diversidade sexual a pesquisa, será a oportunidade de um momento de expressão de suas opiniões e histórias de vidas. E com isso pode contribuir para discussão e possivelmente favorecer para elaboração de políticas públicas na educação, promoção de direitos humanos e para uma sociedade que enfrenta a discriminação aos grupos minoritários e produção de tecnologias educativas na área.

Palavras-chaves: Diversidade Sexual. Educação. Psicologia Sócio-Histórica

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	06
1.1	Delineamento da Pesquisa.....	08
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Psicologia Sócio-Histórica.....	10
2.2	Sexualidade no contexto escolar: apontamentos para visibilidade.....	12
2.2.1	Educação e Sexualidade.....	12
2.2.2	Diversidade Sexual: a possibilidade no cotidiano escolar.....	15
3	MÉTODOLOGIA.....	18
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

A Diversidade Sexual está em discussão pelas autoridades educacionais e pela sociedade. No atual contexto educacional, a transversalidade de temas voltados à sexualidade é uma proposta que implica em um processo de estreita interrelação entre os componentes curriculares e encontra dificuldade de aplicabilidade diante da vivência pedagógica real da maioria das instituições escolares do país.

Ultimamente, o movimento LGBT¹ tem se mobilizado para fomentar a discussão acerca dos direitos humanos e da educação igualitária no contexto escolar. Tem-se buscado parceria com instituições de ensino e profissionais de diversas ciências como, por exemplo, a psicologia, a sociologia, pedagogia, entre outras, o que tem se caracterizando como participação política, a qual se tem discutido a implantação de projetos voltados à igualdade de direitos entre a população LGBT em decorrência de diversos casos de violências que este grupo vem sendo submetido na escola e diversos espaços públicos (NEVES; ESTEVES; COSTA, 2011).

A Participação Política é “uma manifestação pública que pode se relacionar a espaço de privacidade compartilhada através da qual se busca superar as tendências de privatização da vida, dominantes na sociedade moderna, e também propiciar a construção de uma sociedade mais justa e democrática” (COSTA, MACHADO, PRADO, 2008, p. 326).

Isso implica discutir a percepção do professor enquanto Ser Político, sendo um agente de transformação social na promoção de uma “educação” sem estigmas e preconceitos que acabam acarretando sofrimento psíquico e violência entre muitos alunos em decorrência da heteronormatização. Segundo Silva *apud* Silva *et al* (2009, p. 13), “[...] o espaço escolar se constituiu num construto cultural que expressa e reflete significados, ao mesmo tempo em que impõe leis que buscam disciplinar e regular as condutas.”

A relevância dessa pesquisa é norteadada em como a psicologia pode atuar para a minimização de conflitos acerca da implementação de políticas

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sigla padronizada na 1ª Conferência Nacional LGBT no ano de 2008 em Brasília.

educacionais frente à Diversidade Sexual e se os professores estão abertos para o recebimento de formação e discussão sobre a temática, haja vista que os professores, durante a implantação e execução de Projetos voltados à Diversidade, serão as pessoas fundamentais para fazer emergir conhecimentos e fomentar os discursos igualitários.

Essa pesquisa está em fase de coleta de dados e espera-se com ela perceber a consciência crítica do professor enquanto ser político e agente na participação da transformação social, identificar mecanismos que podem reforçar ou embargar implantação de projetos desta natureza no setor educacional e assim ser uma ferramenta de intervenção e ampliar os estudos sobre Diversidade Sexual e Educação.

DELINEAMENTO DA PESQUISA

Foi aplicada entrevista semiestruturada. Também se usará um termo de consentimento livre e esclarecido, analisado e assinado pelo respondente da pesquisa. Para seleção desses sujeitos, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

Os partícipes inclusos foram tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, mais de um ano de experiência no magistério do ensino médio, por considerarmos que esse período já existe uma vivência da rotina da experiência pedagógica e trabalhar em mais de um turno na escola por ter contanto com um número maior e diversificado de alunos.

Para a exclusão considerou a não assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, bem como, a não disposição em responder totalmente o questionário de pesquisa.

A amostra correspondeu a 05 professores entrevistados. No entanto, vale ressaltar que a pesquisa será norteadada pelo paradigma da amostragem por saturação em pesquisa qualitativa. Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008),

Amostragem por saturação é uma ferramenta conceitual frequentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas em diferentes áreas no campo da Saúde, entre outras. É usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes.

O fechamento amostral por saturação é configurado na suspensão de inclusão de novos sujeitos na pesquisa quando os dados na ótica do pesquisador começam apresentar certa redundância e repetição nos conteúdos do discurso dos sujeitos (FORTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Para análise das respostas das entrevistas, utilizou-se a técnica de análise qualitativa de conteúdo. Essa técnica é clássica para procedimentos de elementos textuais que podem variar de produtos da mídia, bem como dados de entrevistas (FLICK, 2009). Nesse aspecto, foram adotados os procedimentos recomendados por Flick (2009), onde o procedimento da técnica qualitativa de análise de conteúdo se define em três unidades, a primeira se chama Unidade de Codificação foi feita a leitura e considerado qual

o menor elemento a ser considerado para ser analisado, posteriormente, se passou para a segunda unidade, chamada de contextual, onde se identificou o maior elemento a ser analisando e por fim a terceira unidade, chamada de unidade analítica, a qual se definiu trechos que foram analisados um após o outro.

Inicialmente, foi feito um convite para apreciação e esclarecimento do projeto e, posteriormente, a composição dos participantes foi configurada em conformidade com quem queira participar da pesquisa. Os participantes foram designados legalmente à pesquisa, com suas assinaturas junto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual versa sobre a concordância ou não do sujeito participar do estudo. O projeto foi submetido ao comitê de ética APROVADO sob o número de protocolo 226.709.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Psicologia Sócio-Histórica

A Psicologia Sócio-histórica teve sua origem com de autores sócio-históricos como Vigotsky, Bakhtin e Luria. A perspectiva sócio-histórica baseia-se na tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas.

Vigotsky, no início do século XX na União Soviética. Logo após a Revolução Russa (1917), período este marcado por uma guerra civil, pela intervenção estrangeira e por uma situação econômica decadente a qual levou a nação à escassez de alimentos, penalizando sua população com um longo período. Mesmo vitoriosa, a Rússia precisava se reconstruir, a criação de um novo estado não limitava –se apenas em reconstruir o país, mas em construir, sob a tutela da teoria marxista, uma nova sociedade.

Para Rosa e Montero (1996. p. 70):

o conhecimento deveria ter sido um dos pilares dessa nova sociedade, considerando que, de acordo com a teoria marxista, ele evita a alienação no trabalho e liberta o homem. Mas, (...), a filosofia marxista contém uma epistemologia materialista e uma lógica dialética que requer o desenvolvimento de uma nova concepção de ciência.

Dentro deste contexto, a construção de uma nova sociedade refletia conseqüentemente, na constituição de um novo homem. Fundamentava-se nos princípios do materialismo dialético, uma nova psicologia, que propunha a compreender o cognitivo a partir da descrição e explicação das funções psicológicas superiores, que para o autor, eram determinadas histórica e culturalmente.

Para Lev S. Vygotsky, o fundamental é o fato de que o homem não só se desenvolve naturalmente; ele também se constrói (Vygotsky *apud* Ratner, 1995). O homem é essencialmente social, uma vez que que interage com o meio de forma a transformá-lo e ser transformado por ele, ou seja, a forma como cada pessoa se relaciona está designada por suas condições subjetivas, incluindo-se aí a forma como foi vivida sua história pessoal em todos os períodos da existência (Rosa; Andriani, 2008).

Segundo Gonzalez Rey (2003), o sujeito se constitui, subjetivamente, na sua própria história, num sistema em constante desenvolvimento, no qual as novas aquisições representam um novo momento constitutivo em relação ao anterior, ao contrário de sua extensão cumulativa.

Procura-se desse modo construir o que chama de uma nova psicologia que deve refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence. Surge uma nova concepção de homem, como sujeitos ativo, históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela (Freitas, 1996).

Lev S. Vygotsky, dedivava-se em postular uma nova teoria que contempla-se o desenvolvimento cultural do ser humano através de instrumentos como a linguagem e pensamento (Bonin, 1996). Em seu texto “Pensamento e Palavra”, Vygotsky (1934), afirma que a chave para o estudo da consciência humana está na relação entre pensamento e linguagem, fato que o leva a considerar a palavra como o microcosmo da consciência humana.

Logo a relação pensamento e linguagem consistem em uma relação mediadora, onde ao mesmo tempo em que um elemento se distingue do outro, não pode ser compreendido sem o outro, isto é , um constitui o outro (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Segundo Vigotski, (2001) o significado, no campo semântico, corresponde às relações que a palavra pode encerrar; já no campo psicológico, é uma generalização, um o que internalizamos não é o gesto como materialidade do movimento, mas a sua significação, que tem o poder de transformar o natural em cultural. Dentro desse contexto, os significados permitem a comunicação, a socialização de nossas experiências.

2.2 Sexualidade no contexto escolar: apontamentos para visibilidade

2.2.1 Educação e Sexualidade

Falar do tema Educação Sexual se torna comum quando se busca abordar a sexualidade tanto na escola quanto nos espaços privados de acesso familiar, para tanto, se faz necessário compreender como esse tema é considerado por muitos nos dias atuais e como foi inserido na escola.

Alguns autores (GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, 2001) divergem sobre a definição do termo educação sexual, o qual atualmente tem sido convencionado como acontecendo no cotidiano, nas conversas informais, de forma não intencional, surgindo também no seio familiar, com influências da cultura e da mídia. Esta definição apenas nos últimos 10 anos ganhou tal contorno, pois era usado também para definir o que hoje entendemos que é papel da orientação sexual.

Neste aspecto ressalta-se que a orientação sexual é sistematizada, ocorre geralmente na escola, é uma estratégia de reflexão, amenização de tabus e objetiva uma vivência acerca da sexualidade de forma saudável. Desta forma em qualquer lugar se pode promover orientação sexual, desde que seja pautada por uma política de responsabilidade e que proporcione bem-estar, quebra de estigmas e preconceitos, contribuindo para que a sexualidade seja vivenciada sem culpas, medos ou mitos.

Barroso e Bruschini (2000) apontam que a educação sexual surgiu na França, na metade do século XVIII, quando os educadores começaram a se preocupar em como combater a masturbação, pois se seguia a linha de pensamento de Rousseau que acreditava ser a ignorância a única forma de manter a pureza da infância. A sexualidade adquire uma educação com conotações do proibido como regra maior. Embora as discussões sobre educação sexual tenham sido problematizadas na França, é na Suécia que ela ganha forma. Conforme Ribeiro (1990), a educação sexual foi recomendada pelo governo em 1942 e obrigatória em 1956, já a França só inseriu os temas nos currículos educacionais em 1973.

No Brasil, de acordo com Sayão (1997), é na década de 20 que essas discussões são fomentadas, com contribuições do movimento feminista. Conforme Furlani (2010), nos anos de 1980 predominou a força por uma pedagogia libertadora que possibilitasse o desenvolvimento da criança, portanto em 1990 decisivamente modificam a criança para um sujeito de direitos, atribuindo à escola a responsabilidade de prepará-las não apenas para

o desenvolvimento da vida em cidadania plena, mas para a minimização da exclusão social.

Levando em consideração a história da Educação Sexual, no Brasil no ano de 1997 após a aprovação da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 para o ensino fundamental e médio, o governo lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que reconhecem a sexualidade como uma preocupação contemporânea. (FURLANI, 2010; FURLANI; LISBOA 2008).

O século XX refletiu na política educacional com as medidas adotadas em 1997 expressas nos PCNs, colocando a discussão da educação sexual não somente presente no ensino fundamental e médio, mas também como uma necessidade nos cursos de formação de professores, tornando a temática da sexualidade como um assunto transversal nas discussões atuais do campo educacional (FURLANI; LISBOA, 2008).

Abordar temas sobre sexualidade na escola, além da determinação do governo, se deve também às políticas públicas sobre HIV/AIDS e demais tipos de doenças sexualmente transmissíveis; gravidez na adolescência, a veiculação na televisão e na internet e em outros meios de comunicação (FURLANI, 2010).

Atualmente, de acordo com Rena (2006) a educação vai além do cuidado do corpo e dos determinantes biológicos, abarca também questões afetivas, sociais e éticas. Porém, não se busca doutrinar ou punir e muito menos limitar a manifestação da sexualidade, e sim proporcionar conhecimentos acerca da vida, do auto-conhecimento, dos prazeres e das angústias que permeiam a sexualidade, principalmente quando se inicia a vida sexual.

Segundo Furlani (2010), a educação sexual em qualquer nível de ensino deve estar sendo colocada como formação continuada para os professores, haja vista que as crianças e jovens a todo o momento estão sendo atualizadas por informações da televisão e da internet; há inúmeros casos de homofobia e violência entre gêneros em decorrência das hierarquizações hegemônicas e isto a todo o momento requer uma reflexão acerca da educação sexual.

Furlani (2010) considera que o importante para a educação sexual é demonstrar que a sexualidade não deve ser reduzida a um objeto, baseado em

um discurso tecnicista, dogmático e vulnerável ao posicionamento da subjetividade, do existencial, considerados conforme as rotulações e os controles da religião e morais históricas impostos à sexualidade; ela deve ser tratada como algo natural do ser humano, submersa de dignidade e humanismo.

Nunes (2005) ressalta que somente é possível uma educação sexual, seguindo duas perspectivas: primeiramente o caminho crítico das construções e dos significados e padrões históricos e sociais, submersos pelas proibições, interdições e consentimentos. Na segunda perspectiva, tem-se como base o pessoal, o afetivo, e o existencial que a educação tecnicista alonga num discurso objetivo, distante e sufocante. Cabe ao educador que se propor a trabalhar essa questão, o desafio de transmitir essa incongruência de modo honesto, significativo e neutro.

Suplicy *et al.* (2008) afirmam que sem perceber o indivíduo está inserido num processo de educação sexual em decorrência das experiências, atitudes e informações absorvidas no cotidiano, ou seja, de maneira informal que ao longo da vida nos possibilita congregar valores, símbolos, preconceitos e ideologias. Deste modo, cada pessoa vai criando uma visão particular sobre sexualidade que pode ser mais controladora ou mais liberal, rigorosa ou lúdica, isso vai ocorrer de acordo com experiências ou influências.

Se a escola não trabalhar a questão da sexualidade, ela estará conduzindo os alunos ao discurso do tabu, sobre o qual não se pode discutir, tornando algo individual, que deve ser emudecido, reservado para ser dialogado em casa, considerando que não é algo que faz parte da educação formal, deste modo se aprende com muitos mitos, sem responsabilidade com os colegas, através de revistas pornográficas, zonas de prostituição o que pode resultar em uma deseducação sexual (SUPLICY *et al.* 2008).

Para Souza (2002), uma educação sexual deve possibilitar a criança adotar atitudes sadias referente à sexualidade, com livre-arbítrio, afeto e responsabilidade, para que ela possa escolher conscientemente a vida futura que deseja construir. Entretanto, para que exista de fato uma educação e orientação sexual, é necessário oferecer condições para que a criança ou o jovem assumam seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, sem receio, culpa, tabus, preconceitos e ou bloqueios que inviabilizem tal vivência.

2.2.2 Diversidade Sexual: a possibilidade no cotidiano escolar

De acordo com Freire (2005; 1997), a dialogicidade² é a essência da educação para prática libertadora, entretanto, do ponto de vista dominante, a educação assume contornos de uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades, a educação não vira política devido aos educadores, ela é política.

Para que a educação fosse neutra, seria necessário que não existisse diferenças entre os estilos de vidas individuais ou sociais e entre outras diversidades que compõe a espécie humana, outro fator importante, era que possuísse unanimidade na forma de enfrentá-la e superá-la. Sob a perspectiva libertadora de Paulo Freire, ele afirma que não tem a pretensão de um discurso por uma educação neutra, mas sim, por uma educação com respeito aos educandos, educadores e educadoras, pois para que a educação não tenha intervenções políticas era necessário que o mundo onde ela estivesse inserida não fosse humano (FREIRE, 2002).

Diante disso, tem-se disputa política entre grupos nos quais uns tentam dominar o outro, e o grupo dominante acaba muitas vezes negando, invisibilizando lutas e disputas e criando ideologias negativas ao segmento populacional considerado inferior e não dominante.

As consequências da desigualdade e exclusão, atualmente vivenciadas por indivíduos pertencentes a grupos sociais oprimidos, acarretam a demanda de dificuldades para afirmação de suas identidades em espaços públicos (PRADO *et al.*, 2010).

De acordo com Prado (2010), os ambientes hierarquizados da sociedade são compostos por categorizações e atributos sociais que classificam e definem traços de caráter e personalidade, isso estimula tanto as relações de discriminação e preconceito dos grupos externos de uma determinada identidade social, como é o caso de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, quanto à forma de identificação e organização desses grupos.

² Ação e reflexão em conjunto, pois é necessário que as pessoas tomem consciência do mundo em que estão inseridas e dessa forma conceber, criar e comunicar suas realidades sociais e assim buscar o aprendizado mútuo (FREIRE, 2005).

Deste modo, Prado *et al.* (2010, p.41) afirma que, tais relações, influenciadas por posições políticas, marcam nossa percepção da realidade social, produzindo justificativas que naturalizam as hierarquias e interiorizações sociais, dando coerência à vida cotidiana e legitimidade das instituições sociais.

As ações políticas foram tomadas por abordagens da Psicologia Social como aspectos psíquicos, isto vêm sendo importantes para o desenvolvimento da Psicologia Social, pois permitiu o surgimento de temáticas em seu campo de estudo que antes eram reservadas às ciências das sociedades (PRADO, 2002). Com isso, pode produzir um conhecimento mais contextualizado e significativo no campo interdisciplinar.

Bortolini (2008) analisa que o ser humano possui diversos tipos de vontades e comportamentos variados para realização de seus desejos e sentimentos que não são encontrados em si, tornando-se complexo, pois envolve fatores biológicos, psicológicos, sociais e religiosos e até hoje a ciência não conseguiu responder a tais comportamentos. Essas vontades não descrevem o que as pessoas são ou fazem, são vontades subjetivas, haja vista que esses desejos são deslocados para um objeto externo.

Uma das formas do ser humano completar-se é através do amor e do sexo, nesse caso, o desejo é pelo outro e a nomenclatura utilizada para esse desejo se chama orientação sexual e afetiva, e para classificar a enorme diversidade de desejos foi necessário criar categorias baseadas no gênero e não no sexo, no papel sexual e não na genitália. As orientações sexuais podem ser divididas basicamente em heterossexual, homossexual e bissexual, contudo, faz-se um adendo frisando se de fato é possível dividir as orientações devido às múltiplas faces da sexualidade humana. (BORTOLINI, 2008).

Levando em conta o contexto da sociedade atual é necessário esclarecer as diferentes formas de relacionamento e de relações sociais entre a Diversidade Sexual. (NUNES, 2005). A Diversidade Sexual se constitui através do público de gays, lésbicas, homens e mulheres bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes, que possui uma orientação voltada ao mesmo sexo ou para ambos (SEFFNER, 2009).

Entretanto, esse público não contempla o desejo sexual esperado pela cultura e pela sociedade. Diante disso, o Movimento de Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual – LGBT tem promovido discussões, principalmente no

que se refere à educação na escola sob a ótica da igualdade, sem estigmas, marginalização e sofrimento. Diversas ciências têm apoiado esse movimento, como a Psicologia que defende a democracia, cidadania e direitos humanos e direitos sexuais como base para compreensão dos direitos sexuais democrático da sexualidade. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

O movimento LGBT vem buscando igualdade na educação que muitas vezes são usurpadas em decorrência da orientação sexual. Nesta linha de pensamento Junqueira, (2009, p. 412) afirma que:

Assim “educar na (que precisa ser também para e pela) diversidade” requer que esse processo seja construído coletivamente, envolvendo, na escola e na condição de sujeitos, toda a diversidade humana que compõe dinâmica e contraditoriamente a sociedade.

Seguindo a compreensão de Junqueira (2009), o que se vem buscar é a relação pedagógica e a forma de repassar conhecimentos que muitas vezes seguem uma linha tradicionalista e heteronormatizadora.

Durante os séculos XX e XXI, tem se promovido lutas pela igualdade social e respeito à diversidade, porém a predominância de atitudes e convenções sociais, em todas as sociedades, ainda se faz presente de forma persistente e naturalizada. No entanto, o Brasil tem conquistado a ampliação do acesso aos direitos dos cidadãos, mas ainda tem muitos desafios para enfrentar: como o aumento da educação básica e o respeito à diversidade, pois a violência seja ela de orientação sexual, ético-racial, de gênero são praticadas em todo espaço social brasileiro, e a escola é um espaço em que geralmente isso se faz presente (FREIRE; SANTOS; HADDAD, 2009).

Seffner (2009) por seu lado, afirma que o estigma e a discriminação impendem a construção da cidadania de qualquer indivíduo, por isso, essas demandas não devem ser admitidas em espaços escolares, a escola é um local de aprendizagem e de negociação de diferenças. A permanência da criança e do adolescente na escola é prioridade absoluta, pois é um mecanismo de afastá-los da vulnerabilidade social, entretanto se esse espaço não for vivenciado de forma saudável, naturalmente será caracterizado como um local de verdadeira exclusão, no qual os protagonistas da educação logo criarão aversão a este ambiente.

O objetivo para Seffner (2009) acerca dessas discussões é proporcionar um ambiente de respeito e valorização das diferenças, e não olhar para o público LGBT como fragilizados que necessitam de proteção, mas como sujeitos que trazem uma importante discussão, inclusive para heterossexuais, sobre o respeito à sexualidade e a diversidade sexual.

As questões sobre diversidade sexual na escola são complexas e exigem formação para os professores, a escola é um local de aprendizado, daí a necessidade de materiais pedagógicos, participação deles em eventos que envolva sexualidade, cursos, para que esse tema não seja abordado de forma improvisada e dê abertura a uma deseducação, caso o professor não tenha um bom manejo na improvisação (SEFFNER, 2009).

Junqueira (2009) ressalta que o Brasil está passando por inúmeras transformações e cita que é sabido por muitos que a educação é a melhor estratégia para amenização das desigualdades e preconceitos, garantindo oportunidades efetivas de participação de todos nos mais diversos ambientes sociais. Para isso, vem se buscando aproximar a escola brasileira para colaborar de forma eficaz no enfrentamento que limita ou bloqueia a participação social e política, das classes consideradas minoritárias.

3. METODOLOGIA

Configura-se numa pesquisa de campo de caráter exploratório. Portanto, a pesquisa vai buscar envolver: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais. Será dada ênfase nesta pesquisa aos significados, os valores e as ações dos indivíduos, ou seja, a subjetividade (sentido), expressa mediante relações que constitui um grupo, e estes dão sentido aos fenômenos sociais (MARCONI; LAKATOS, 2010; TEIXEIRA, 2007).

Sobre o caráter exploratório desta pesquisa, vai se caracterizar por ela buscar ter como o objetivo a formulação de questões ou de um problema e, por ser uma investigação de pesquisa empírica, com finalidade de desenvolver hipóteses, modificar ou esclarecer conceitos e aumentar familiaridade do investigador com o ambiente, fato ou fenômeno e fornecer subsídios para realização de futuras pesquisas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Esta pesquisa vai privilegiar, portanto, uma abordagem metodológica qualitativa adquirindo contornos do paradigma da psicologia sócio-histórica em interlocução com as categorias de Sentidos e Significados. Essa abordagem de pesquisa se caracteriza por implicar analisar o contexto onde as situações ocorrem, valorizando o significado que as pessoas dão às situações e eventos. Para se compreender o movimento destes contextos, não deve haver hipóteses fechadas antes da entrada em campo. A pesquisa refaz-se constantemente no próprio processo de investigação, admitindo a existência da subjetividade e da reflexividade na construção de significados. (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesta acepção, entende-se que esta abordagem mostra-se apropriada e aproximada dos objetivos que esta pesquisa busca contemplar, como os de compreender a constituição da visão dos professores enquanto agentes participativos na construção e execução de Projetos de Igualdade de Direitos voltados à Diversidade Sexual na Escola, por meio das atribuições de sentidos e significados acerca da igualdade de direitos entre pessoas com orientação LGBT, o que exige o processo de subjetivação dos atores pesquisados.

Esse estudo pretende ser iniciado imediatamente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Promoção da igualdade de direitos da população LGBT nas Secretarias de Educação do Município de Manaus e do Estado do Amazonas.

A partir do levantamento realizado, por meio do site da Secretaria de Educação do Município de Manaus – SEMED e o site da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC, acerca de Programas e Projetos voltados para a população LGBT, os quais visem à promoção e igualdade de direitos, foram obtidos os seguintes dados:

SECRETARIA	ATIVIDADE	TÍTULO	ANO
SEMED	PROGRAMA	Programa Escola Aberta	2011
	PROJETO	Seminário das Oficinas de Formação em Serviço – OFS	2011
	AÇÃO EDUCATIVA	Dia Municipal de Prevenção e Combate ao Bullying Escolar	2012
		Fórum Municipal de Educação – Workshop Estratégico	2013
		Mostra de Cinema e Diversidade	2013
SEDUC	AÇÃO EDUCATIVA	2º Seminário Estadual de Diversidade Sexual e Gênero do Amazonas	2011

Deste modo, o Programa educacional intitulado “Programa Escola Aberta”, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Município de Manaus – SEMED tem como objetivo a capacitação dos profissionais da área da educação, por meio da promoção de ações educacionais para melhorar a qualidade e contribuir para a construção de uma cultura, a redução de índices de violência, oportunizando emprego para os jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Ressalta-se que este programa também faz parte do Programa do Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), em parceria com as secretarias municipais de Educação.

Ao se relacionar a proteção de jovens em condições de vulnerabilidade social pelo programa, está incluso os jovens que sofrem de diferentes tipos de preconceitos, no que diz respeito a diversidade.

Para Paugam (1999) a diversidade pode ser compreendida como as distintas possibilidades de expressão e vivência social das pessoas, dadas por aspectos de orientação sexual, gênero, sexo, faixa etária, raça/cor, etnia, pessoa com deficiência, entre outros.

O Projeto “Seminário das Oficinas de Formação em Serviço – OFS”, realizado pela SEMED, buscou capacitar profissionais de educação, no que tange aspectos da realidade escolar da Rede Municipal de ensino, assim, teve como objetivo promover processos de transformação na escola, no que se refere às práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas, bem como aspectos do cotidiano escolar como a violência, sexualidade, preconceitos, questões ambientais, ou seja, uma nova roupagem aos processos educativos que são trabalhados nas escolas.

O Projeto visou investir na formação continuada dos professores, onde proporcionaram um espaço para a troca de vivências, análises e reflexões acerca da prática escolar, para assim, construir novos modelos e práticas pedagógicas, as quais ressignifiquem os processos educativos que, conseqüentemente, refletirá em melhorias da qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos.

A partir disto, entende-se o desenvolvimento educativo como um processo de humanização. De acordo com Pimenta (1996) é necessário a formação continuada do profissional da educação, tendo em vista a dinamicidade da sociedade. Deste modo, o profissional da educação é a mediação entre a sociedade e os alunos, para possibilitar-lhes uma capacidade de reflexão acerca dos diversos contextos.

Com isto, o autor aponta esta formação como finalidade explícita de tornar os indivíduos mais participantes do processo civilizatório e igualitário em frente às diversidades, bem como responsáveis de tais ações.

Com o levantamento realizado junto à SEMED, foram encontradas três Ações Educativas no ano de 2012 e 2013. A primeira Ação Educativa intitulada “Dia Municipal de Prevenção e Combate ao Bullying Escolar” desenvolvida pela SEMED, busca por meio de ações educacionais o combate ao Bullying nas escolas, onde envolvem neste processo os pais, professores e demais profissionais que atuam nas áreas de educação e de proteção à criança e adolescente.

Esta Ação Educativa é amparada pela Lei Municipal 1.553/11 de novembro de 2010, o qual institui o Dia Municipal de Combate ao Bullying Escolar. Assim, tais ações educacionais são voltadas para a diminuição de situações discriminatórias que possam causar algum tipo de constrangimento ou até vitimar psicologicamente ou fisicamente a criança ou adolescente e, como objetivo principal, fortalecer o respeito ao ser humano no que diz respeito à cultura, credo, orientação sexual, cor entre outros aspectos da diversidade no âmbito escolar.

A segunda Ação Educativa desenvolvida pela SEMED foi o “Fórum Municipal de Educação – Workshop Estratégico”. Esta Ação educativa teve como público os gestores municipais, profissionais da educação, estudantes, pais e membros dos conselhos de educação e de controle social, os quais debateram assuntos referentes ao fortalecimento de democracias e Respeito as diversidade na construção da educação municipal.

Deste modo, ressalta-se que a preocupação da realização do Fórum é na discussão acerca de um Novo Plano Nacional de Educação, bem como as características legais didático-pedagógicos e de competências do poder público Municipal que possibilitem uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem do município.

A terceira Ação Educativa oportunizada pelo Município foi “Mostra de Cinema e Diversidade”, onde reuniram diretores, pedagogos e professores que por meio do filme “Olhos Azuis”, trabalharam as formas de discriminação contra mulheres, homossexuais, deficientes físicos, negros, entre outros, oportunizando um espaço de reflexão acerca de tais problemáticas e retratando

estes aspectos histórico e cultural da diversidade, para que estes profissionais sejam multiplicadores destes conceitos de diversidades.

A Ação Educativa está pautada na Lei Lei 10.639/03 e preocupou-se em ilustrar historicamente a origem de tais preconceitos, por meio do filme, o impacto causado por tais agressões, bem como a importância de se trabalhar a temática em sala de aula.

Neste sentido, ressalta-se a importância da instrumentalização histórica e cultural para a formação do profissional da educação. Para Louro (2007) o sexo, a identidade de gênero e orientação sexual são valores ou conceitos/características fechadas, portanto, pré-construídas historicamente e compartilhados pelas instituições sociais. Para tanto, se uma pessoa questionar o próprio sexo, tiver outra identidade de gênero ou se mostre fora do padrão além daquela pré-estabelecida, estará convidando a sociedade para uma revolução de valores, ou seja, pondo em questão ou problematizando o sistema dominante.

A Ação Educativa desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC, intitulado como “2º Seminário Estadual de Diversidade Sexual e Gênero do Amazonas”, teve como parceria a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento e construção de espaços para discussão acerca da Diversidade Sexual no Amazonas.

Assim, buscou capacitar os professores na sua prática educacional, promovendo uma formação continuada para a promoção de uma cultura de direitos humanos baseados no reconhecimento da diversidade sexual, voltando o seu olhar para o enfrentamento da violência, ou seja, homofobia.

Com a possibilidade de uma formação continuada dos profissionais da área da educação, pôde ser possível a criação de estratégias de enfrentamento, fortalecendo uma cultura de inclusão, tolerância e respeito, de modo que contribua para uma sociedade mais tolerante, o qual se baseie no respeito ao outro.

Após a realização do levantamento dos Programas e Projetos voltados para a população LGBT, foi observada a escassez de atividades voltadas para tal público tanto no âmbito do Município quanto do Estado, tendo assim,

destaque para as ações educacionais, por meio de seminários e palestras informativas.

Tal realidade de programas e projetos voltados para a promoção de igualdade de direitos para a população LGBT retrata a inexistência de um marco legal para promoção da cidadania LGBT.

Significado de Projetos de Igualdade de Direitos: Forçado não é legal

Os projetos de igualdade de direitos para pessoas LGBT podem ser visto como algo que pode implicar para minimização dos preconceitos contra essa população inserida na escola. Contudo, para se tratarem desse tema em sala de aula, os professores em sua maioria considera que não se deve assumir a característica como algo obrigatório, pois seguindo a perspectiva do discurso do professor o processo de educar deve ser por amor e partilha.

“(...) assim algo que não seja cobrado, que não seja algo obrigado, mas algo mesmo que leve-nos enquanto professores a trabalharem com os alunos, para que alcançarmos nossos objetivos”. **P1F**

“Olha, eu acho que tudo que é forçado não é legal, entende? Então, o plano [de ensino] mesmo se a gente for impor as coisas pra eles, acabam tendo aversão... A educação tem que ser pelo amor, entende? Pelo amor eles conseguem vir, acabam vindo e acabam fazendo uma parceria. Mas se você impor, impor alguma coisa...”. **P3F**

O trabalho com a temática diversidade sexual se apresenta nesse contexto como um enfrentamento que caminha e deve caminhar em passos lentos, que a imposição não vai levar contribuir para a igualdade de direitos e, sim, para o fomento de aversão entre a comunidade escolar.

A imposição na participação de projetos, formação e capacitação dos professores é algo presente na linguagem dos professores como uma cobrança emergida seja por meio das políticas públicas, secretarias de educação, ou pela direção da escola.

Portanto, Morato (2000), considera que é preciso considerar que quando Vigotski relaciona pensamento e linguagem ele está se referindo basicamente ao pensamento verbal, não a um *lócus* onde a linguagem tem lugar, mas a uma forma de pensamento mediado e impregnado de linguagem, cuja unidade é o sentido da palavra que garante a relação entre linguagem e pensamento.

Os professores apresentam o seu benefício em trabalhar com igualdade de direitos, mas que o manejo se torna um complicador que efetiva o não êxito dessa discussão dentro sala de aula. Partindo desses pressupostos, compreender que a ênfase na não obrigatoriedade do diálogo de igualdade de direitos para a população LGBT se constitui no aspecto de que é muito mais coerente permanecer apenas com o conteúdo que a disciplina exige do que trabalhar com temas transversais na disciplina, porque que vai exigir do professor uma nova articulação em sua prática de ensino.

Os professores ainda não se percebem enquanto agentes de transformação, pois Vigotsky (2001) compreende que a linguagem organiza o pensamento. Entretanto, tal função organizadora não exclui a comunicativa, pois é para se comunicar melhor, para interagir que o pensamento é organizado. O discurso vai permitir o sujeito a se transformar e deste modo se implicar com os objetos sociais ou com determinada causa. Portanto, se considera o discurso como ferramenta de enfrentamento diante da rigidez que pode ser flexibilizada fazendo a discussão com os alunos.

“Eu acho que sim, isso vai dá pelo menos uma melhorada, ele pode contribuir muito pela essa igualdade que a gente tanto deseja almeja, acho que isso vem acalhar”. **P4M**

Compreende-se que os professores percebem a necessidade, mas não conseguem se implicar nessas discussões, pois os processos culturais e os valores que permeiam a discussão são complexos e exige estudo, no entanto, é na educação que fará com que os significados se infiltrem nas concepções de diversidade sexual sejam modificados, haja vista que o sujeito é dinâmico.

“Bom, igualdade... Direito... Aí, já uma coisa que quando pergunta em igualdade de direito eu penso em leis... Pela lógica teria que ser respeitado, eu não faria isso porque a lei me proíbe no meu entender está além desse direito, porque quando se fala em direito ‘tô’ falando de lei eu penso da conscientização de cada um, eu não respeitar, na ética e não nas leis, porque se existe a lei, todos sabem se a lei da discriminação ela existe não só para gay, mas, para os índios, negros,

no entanto são desrespeitadas e às vezes de quem era pra fazer essa lei ser cumprida seria a policia o pessoal, as pessoas são agredidas, mortas pelos policias, os índios, negros”. P5M

Seguindo este pensamento, verifica-se que esse trabalho é velado por uma omissão, onde se tenta utilizar de argumentos que já há uma igualdade de direitos se a lei for posta em prática e que esse projeto pode ser apenas uma forma de privilegiar um grupo.

Outra concepção é que o projeto se caracteriza por uma luta política de identidade coletiva onde quem geralmente articula essa igualdade são pessoas homossexuais, ou seja, cada categoria tem que lutar pelo que deseja. Portanto, não é visto que essas lutas se caracterizam na busca do ser humano respeitar o outro ser humano.

“(...) eu penso que essas pessoas estão envolvidas nestes projetos que na maioria das vezes são homossexuais na grande maioria, não é 100%, eu acredito sim que elas estejam voltadas para que isso seja acabado, transformado para que exista uma conscientização, do individuo, da sociedade, eu acho que existe sim essa preocupação que ela é voltada para melhoria sim”. P2M

Velar por meio dos discursos o trabalho em sala de aula com temáticas sobre diversidade sexual costuma a ser comum. Deste modo, para viver numa sociedade que promova qualidade nos processos psicossociais de LGBT exige um esforço conforme o conteúdo da fala dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que os professores estão dispostos a trabalhar com à Diversidade Sexual, entretanto, existe por parte desses professores uma necessidade acentuada em conhecer um pouco mais sobre o assunto, visto que a maioria nunca teve nenhum tipo de formação ou orientação de como conduzir ou nortear o assunto em sala de aula. Nessa ótica, identificou-se que os mesmos estão aptos emocionalmente para receber formação. Isso é um fator positivo para a proposta da implantação do Projeto Escola sem Homofobia, haja vista que eles serão pessoas chaves para emergir conhecimentos e fomentar discursos igualitários, baseado na proposta do projeto que é favorecer uma visão ampla da sexualidade.

Quanto as secretarias ainda falta um trabalho mais árduo para que ocorra a igualdade de direitos tão almejada para promoção de direitos humanos.

REFERENCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA Sérgio. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2006.

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Sexo e Juventude**: como discutir a sexualidade em casa e na escola. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BONIN, L.F.R. (1996). **A teoria histórico cultural e condições biológicas**. São Paulo (Brasil), Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: Guacira Lopes Louro: Jane Felipe; Silva Vilodre Goellner. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Nilcéia; SANTOS, Edson; HADDAD, Fernando. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In.: Equipe do Centro Latino-americano em sexualidade e direitos humanos (Orgs.) **Gênero e diversidade na escola: Formação de professoras/es em Gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. VERSÃO 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** (8a ed.). Petrópolis: Vozes, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUNES, Cesar Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 2005.

PAUGAM, S.. **O Enfraquecimento e a Ruptura dos Valores Sociais – uma dimensão essencial do processo da desqualificação social**. In Bader Burihan, Sawaia. (org). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes. (1999)

PIMENTA, S. G. **Formação de professores-saberes da docência e identidade do professor**. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo: FEUSP, 1996.

GONZÁLEZ-REY, Fernando. A subjetividade e seu significado atual na construção do pensamento psicológico. In: **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL: diretrizes e metodologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

RATNER, Carl. **A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas**. Porto Alegre:Artes médicas, 1995.

RENA, Luiz Carlos Castello Branco. **Sexualidade e adolescência: as oficinas como prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSA, A.; MONTERO, I. O contexto histórico do trabalho de Vygotsky: uma abordagem sócio-histórica. (pp.57-83). In: MOLL,L.C. **Vygotsky e a Educação:implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: Aquino Júlio Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: Rogério Diniz Junqueira. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.